

PROGRAMA DE TRABALHO

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL / DEN - Biênio 2016 - 2018

A Geografia se depara com um processo de transformação da realidade em que as urdiduras do capital se estabelecem em patamares de controle social e violência, mimetizados por fenômenos que se interpõem pela aceleração e fragmentação do tempo e do espaço, como forma, mas não como conteúdo, como aparência mas não como essência e substância da vida humana.

Apresenta-se, portanto, fenomenicamente em suas múltiplas, diversas e fragmentadas relações sociais e econômicas. A velocidade, parece ser o cerne de representação das profundas transformações que vivemos cotidianamente. O que nos cabe refletir sobre o movimento e a velocidade e como a última subordina nossa visão sobre o mundo material dos homens. Estas transformações estão dadas pelas formas, pelas técnicas e pelos comportamentos sociais. Ganham amplitude pela imagem, pela informação e pela simultaneidade. Mostram vigor pela opulência, pela sagacidade, pelo refinamento e pela brutalidade com que a lógica de produção de mercadorias conduz os processos de exploração e exclusão social.

A aceleração do tempo, a compressão do espaço, as múltiplas formas de tempos de sua apropriação e, por sua vez, a constituição de diversos territórios e alguns em simultaneidade espacial, passam a dar o sentido de não totalidade do mundo atual. Em outra perspectiva a dimensão do consumo, das individualidades, dos quereres, dos prazeres de uma sociedade hedonista, de protagonismos, individualismo e de uma hipersubjetividade em mundos e identidades virtuais, parecem também construir uma barreira à compreensão de um mundo como totalidade. A Geografia se depara, portanto, no sentido concreto de infirmação e simultaneamente de reafirmação da totalidade como categoria central de análise, e esta trajetória recoloca à AGB tarefas centrais de enfrentamento no campo de sua organicidade, de sua dimensão política e teórico-científica, sem desconsiderar as reciprocidades que tais perspectivas encerram.

No campo de sua organicidade as ações da AGB devem reconhecer a superação da relação centro-periferia do conhecimento, de hegemonias e subalternidades no campo científico, político e social.

Estes pressupostos devem traduzir no reconhecimento dos protagonismos regionais e fortalecer os embates centrais que as pesquisas e seus pesquisadores enfrentam nos diversos territórios e territorialidades, percebendo que as perspectivas escalares guardam seus valores interpretativos e de capacidade de transformação social, conduzindo, assim, à ruptura de invisibilidade de sujeitos sociais, no campo científico, político e social da Geografia brasileira.

Na sua dimensão política é preciso ter clareza que a conjuntura, em tempos de obscuridade, apenas reafirma as rupturas processadas no final dos anos 1970, no

Congresso Nacional de Geógrafos de Fortaleza, quando apontou um caminho de comprometimento social e de transformação da realidade. A construção de uma geografia crítica e à esquerda se impõe de forma mais absoluta, com capacidade de dar visibilidade e reafirmar protagonismos de luta de todos dos sujeitos sociais envolvidos neste processo de resistência. A clareza de que vivenciamos uma luta de classes e também uma luta de povos originários e tradicionais, frente às amarras que a centralidade das formas de produção mercadoria impõem é necessária como dimensão onto-metodológica do fazer geográfico. O que requer um reconhecimento da centralidade, da primazia do ser social, da proeminência do real concreto, e desta feita do comprometimento da AGB no fortalecimento destas lutas e destas buscas emancipatórias no campo e na cidade.

Na perspectiva teórico-científica se demanda uma mudança vigorosa de comportamento de seus Geógrafos em duas perspectivas. A primeira se reflete no rompimento das amarras da alienação do trabalho científico, a busca cega de consolidação de um status quo, em que a armadilha das valorizações individuais (projetos e bolsas) subjetivaram as práticas do fazer acadêmico, pelos currículos, pelos grupos de pesquisa e sucursais. Processos estes que determinam e impõem sobre o espaço, tomado em homogeneidade, as pautas, os conceitos e modelos de leitura da realidade sobre os diversos e diversificados territórios e territorialidades, subjetivando-os, em uma cadeia de produtivismos, cujo fazer se mercantiliza e não expressa a concretude das lutas e as especificidades vivenciadas pelos sujeitos sociais.

Uma segunda se coloca pela primazia de modelos teóricos que se canaliza para uma robotização acadêmica, de reprodução, de operacionalização e diagramação de conceitos, de encadeamentos de procedimentos de pesquisa, que emolduram a realidade. Práticas que figuram mais como reafirmação de métodos e escolas, do que como mecanismos de reconhecimento de novas e tradicionais epistemes, sobretudo dos movimentos sociais, dos indígenas, dos quilombolas, dos homossexuais e dos trabalhadores que se reconstroem todos os dias. Estas epistemes precisam estar nas pautas, nos projetos e nas interlocuções da Geografia.

A Geografia tem seu ponto de chegada na trajetória de sua reformulação, a luta e a transformação social, seu comprometimento na emancipação dos sujeitos e tais processos passam pela reafirmação da construção de uma alternativa social que rompa à barbárie que nos assola e retomar sua antítese como forma de organização social. A Geografia posiciona-se, intransigentemente, no combate à sociabilidade da mercadoria, da sociabilidade da propriedade privada, a sociabilidade do capitalismo, que exclui, que segrega e assassina.

A legitimação da força do Estado, a perplexidade e atonicidade social precisam ser contrapostas pela ação, pelo combate a todas as injustiças que trabalhadores, indígenas, negros, mulheres e homossexuais vivenciam sob a sociabilidade do capital, sem este paradigma político a AGB perde seu sentido e a Geografia seu papel como campo do conhecimento, como expressão do ser social.

A proposta da constituição desse campo político para o biênio 2016/2018 envolve as seguintes ações práticas:

Construção Orgânica

Intensificar o diálogo, as trocas de experiência e apoio organizacional das Seções Locais, no campo financeiro, administrativo e de comunicação na construção da AGB.

Fomentar a participação das Seções Locais nas RGCs, como elemento central da construção de uma pauta política de atuação conjunta.

Debater a construção de uma política financeira articulada a garantia dos princípios da entidade e apoio aos movimentos sociais, encontros, GTs, entre outros.

Publicações e Comunicação

Consolidar o Fórum de Editores.

Manter a política de intercâmbio da Revista Terra Livre;

Disponibilizar o Sítio-Web da Terra Livre Eletrônica no SEER, contemplando as publicações das Seções Locais.

Socializar as informações das Seções Locais e dos GTs por meio do Web Site da AGB;

Manter o informativo “AGB em Debate”.

Construção acadêmico-política

Construir estratégias de efetivação das Deliberações dos Fóruns de Gts, plenárias dos eventos da entidade;

Sistematizar o acúmulo histórico dos GTs das Seções Locais e das Articulações Nacionais de GTs.

Integrar os GTS como elementos de articulação política com professores da educação básica, os movimentos sociais, sindicatos, representações de classe e científicas, ampliando a capilaridade da AGB na sociedade

Eventos

Reafirmar a construção coletiva dos eventos da AGB em suas dimensões política, científica e organizacional.